

DA REVOLUÇÃO À TECNOLOGIA NUCLEAR: IRÃ, UM “ESTRANHO NO NINHO”?

From Revolution to Nuclear Technology: Iran a "Stranger
in the Nest?"

Renatho Costa¹

Em 1979 o Irã ganhou as manchetes dos jornais e revistas de todo o mundo com a vitória da Revolução Islâmica. Para a população iraniana, o governo do Xá, naquele momento, significava a traição dos valores culturais e religiosos do povo, uma afronta que ultrapassava, e muito, o tolerável. O distanciamento dos valores xiitas e a violência do governo do Xá alcançaram um patamar não mais admissível. E, como salienta Mackey, o monarca iraniano estava próximo demais do Ocidente e isso não era mais conciliável com a realidade de seu povo, assim, com a queda da monarquia, tudo que estava ligado a ela também deveria ser repellido.

O Xá Mohammed Reza fora rei do Irã desde os 21 anos. Ele havia negociado com cada presidente norte-americano, de Franklin Delano Roosevelt a Jimmy Carter, disputado com cada líder soviético, de Stalin a Brejnev, feito acordos internacionais com Churchill, De Gaulle, Chiang Kai-shek, Tito, Jawaharlal Nehru e Anwar Sadat, e jantado com o Rei britânico George VI e Elizabeth II, a princesa Grace, de Mônaco, o Rei Hussein, da Jordânia, e Imelda Marcos, das Filipinas. Ele conhecia-os bem, parecia, melhor do que conhecia o próprio povo. Durante as últimas três décadas de seu longo reinado, o Xá Mohammed Reza quis coisas diferentes para os iranianos do que eles queriam para si próprios. (2008, p. 278)

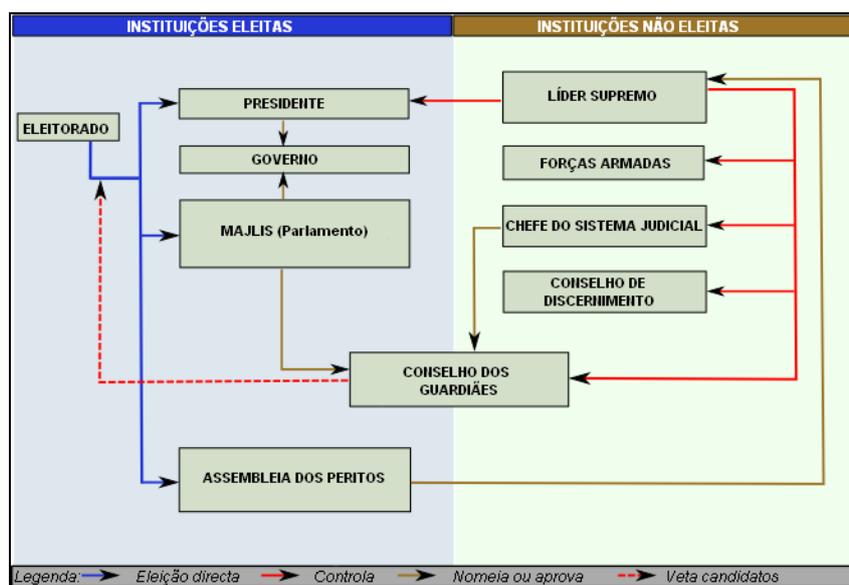
De certa maneira, no final da década de 1970, diante do cenário exposto por Mackey, a melhor opção para a população iraniana reaproximar-se de seus valores seria a ruptura total com o modelo monárquico. E, como elemento fundamental nesse

¹ Mestre e doutorando em História Social (FFLCH-USP), Professor Assistente de Relações Internacionais da UNIPAMPA. Blog: www.rcademico.blogspot.com / E-mail: renatho_costa@hotmail.com

processo, a figura do aiatolá Khomeini conseguia congregar os valores xiitas perdidos com a ocidentalização do Irã e, concomitantemente, unificar diferentes grupos oposicionistas ao governo do Xá.

Assim, pode-se dizer que a Revolução Islâmica somente alcançou êxito porque a única certeza era de que os iranianos não mais queriam o governo absolutista do Xá. Também, segundo Lewis, “[...] o islã forneceu [para a revolução], no entanto, mais do que símbolos e lemas. Da forma interpretada pelos líderes e porta-vozes revolucionários, formulou os objetivos a serem alcançados e, não menos importante, definiu os inimigos a serem combatidos.” (1996, p. 331-332) À luz desses objetivos e, para a efetivação dos pilares do novo regime, não bastou o apoio popular do período revolucionário, os partidários de Khomeini tiveram de ratificar sua legitimidade no poder a partir do banimento da oposição.

Com o surgimento da República Islâmica do Irã o mundo pode conhecer um modelo híbrido de governo. Ao mesmo tempo em que propiciava a participação popular (a partir da eleição de membros para seu parlamento, Majlis), caracterizava-se como uma teocracia, devido ao forte poder concentrado nas mãos do Líder Supremo e em outras duas instâncias inferiores de poder (Conselho de Guardiães e Assembléia de Peritos); conforme o quadro a seguir apresenta.



Fonte: Wikipédia

Esse modelo de governo fora construído a partir da teoria do *wilayat al-faqih*, de Khomeini, a qual partia do pressuposto de que os xiitas, enquanto aguardam o retorno do Madhi², não poderiam ficar sem um guia na Terra. Até então, a comunidade xiita entendia que o processo de espera pelo retorno do Madhi poderia ser tratado como uma era de provação e sofrimento, entretanto, essa maneira de auto-percepção dos xiitas começou a ser mudada por algumas lideranças religiosas no Líbano (Musa al-Sadr), no Iraque (Muhammad Baqir al-Sadr) e ganhou força com Khomeini. Daí se explicaria, também, a grande participação popular no movimento revolucionário.

Por mais estranho que fosse o modelo de governo iraniano (para o Ocidente), ele conseguia atender aos anseios de uma população que tinha uma religião distinta da ocidental (islamismo), porém encontrava fundamento em si. No Islã, diferentemente do Ocidente, não se estabelece a divisão entre os poderes temporal e espiritual. Esse modelo de divisão de poderes guarda maior proximidade com a trajetória ocidental, por isso, ser governado por um religioso não gerou espanto aos iranianos.

Evidentemente que os grupos que não compartilhavam da visão de Khomeini foram perseguidos e, por vezes tratados com a mesma violência empregada pela polícia política do Xá. Também, a partir do momento em que iniciou-se a construção do estado islâmico, muitas pessoas deixaram o país e constituíram uma forte oposição ao regime (dentro dos meios político e acadêmico). Os dissidentes procuraram, a partir de bases ocidentais, estabelecer uma rede de apoio que continuasse expondo as ações que julgavam arbitrárias, por parte do governo do aiatolá e seus seguidores.

O risco Irã, desdobramento da revolução

Passados mais de trinta anos da Revolução Islâmica, o Irã não deixa de ser um ator extremamente controverso e altamente questionado, devido, em parte, ao seu

² Os muçulmanos estão divididos em dois grupos, prioritariamente, quais sejam, sunitas e xiitas. Dentre os xiitas, que é o menor dos grupos, alcançando aproximadamente 15% dos fieis, há uma subdivisão. E, a população iraniana é formada pelos adeptos do Duodécimo, ou seja, que reconhecem a sucessão do Profeta até o 12º Imã (maior autoridade religiosa). Segundo a tradição desse grupo, o último Imã teria entrado em estado de *ocultamento* e somente retornará no momento de trazer a ordem para o mundo novamente e difundir a religião islâmica.

envolvimento em situações críticas. Desde a crise dos reféns³, passando pelos quase dez anos de guerra contra o Iraque, a ligação com a organização libanesa Hezbollah, ou mesmo com a palestina, Hamas... até as intensas discussões com o governo israelense, tudo leva o Ocidente a perceber o Irã como um ator que buscaria “boicotar o sistema”.

Assim, como grande antagonista desse modelo proposto pelo Ocidente, no qual uma teocracia islâmica seria inadmissível, a perspectiva de derrotá-lo perpassaria por construir condições políticas e econômicas que fariam com que governo do Líder Supremo ruísse. E, para tanto, sanções foram impostas e o isolamento foi tentando. Contudo, devido, exatamente, ao pragmatismo dos atores e sua visão racional (uma perspectiva eminentemente Realista), China e Rússia mantiveram-se próximas do Irã e, por isso, o país conseguiu superar, razoavelmente, suas dificuldades econômicas.

Tentativa mais enfática de provocar o isolamento do Irã voltou a ocorrer durante o governo do ex-presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Alegando legitimidade de atuação com base nos atentados de 11 de setembro, elaborou o conceito de “eixo do mal”⁴. De certa forma, ali estavam expostos os países que conflitavam com os interesses ocidentais: Iraque, Coreia do Norte e Irã. Também, na ocasião, aventava-se a possibilidade de ser incluída nesse eixo, a Síria. O que, conseqüentemente, poderia “legitimar” qualquer tipo de ação contra ela. Assim, Bashar al-Assad, presidente sírio, acatou a Resolução do Conselho de Segurança da ONU e retirou suas tropas do Líbano⁵.

O Iraque não teve a mesma sorte da Síria e, devido ao seu rompimento com os Estados Unidos e aliados, tornou-se um “risco para o mundo”. Sob a alegação de que estaria em vias de constituir ADMs (Armas de Destruição em Massa), foi instituída uma frente de países, liderada pelos Estados Unidos, e programou-se a invasão ao Iraque.

³ A partir de novembro de 1979, a embaixada estadunidense, em Teerã, foi tomada por protestantes contra a presença do Xá nos EUA. O processo de negociação para a libertação dos reféns levou 444 dias.

⁴ A expressão cunhada por Bush, em 2002, traz duas referências implícitas, quais sejam, “Eixo”, mesmo termo que designava os inimigos dos EUA durante a II Guerra Mundial (Alemanha, Itália e Japão) e “Império do mal”, como os soviéticos eram percebidos pelos EUA durante a Guerra Fria. Dessa maneira, a conotação negativa dos conceitos anteriores seria agregada ao “eixo do mal”.

⁵ A Síria mantinha tropas no Líbano desde 1976, contudo, após o final da Guerra Civil libanesa (1990) e retirada das tropas israelenses do país (2000), a situação de sua permanência tornou-se alvo de críticas de organismos internacionais. Vários países pressionaram, entretanto, somente em 2004, com a Resolução do Conselho de Segurança nº 1559 que o governo sírio percebeu o risco de não atender à determinação de tornar-se passível de uma invasão, haja vista o Iraque tinha sido invadido em 2003.

Paralelamente à alegação do risco que o mundo estaria correndo devido às ADMs, um segundo elemento foi agregado à cruzada *bushiana*, qual seja, a necessidade de exterminar o regime autoritário de Saddam Hussein e proporcionar aos iraquianos o direito de vivenciar a democracia!

A Coreia do Norte, por sua vez, apresenta-se como a parte do “eixo do mal” de maior dificuldade para a imposição de medidas drásticas. Isso porque possui armas nucleares. Assim, quando pretende obter alguma vantagem, ameaça a Coreia do Sul e/ou Japão. Na sequência há a mobilização internacional para condená-la, no entanto, a questão é apaziguada antes que chegue ao estágio de irreversibilidade e ocasione a guerra. Nesse ínterim, negociações são feitas e os norte-coreanos alcançam sua demanda, ou parte dela.

Justamente devido à dificuldade de imposição de medidas de força contra a Coreia do Norte que o Irã tornou-se uma preocupação estratégica para os demais atores (detentores da tecnologia nuclear). Alcançar o status de potência nuclear o levaria ao patamar de “não mais suscetível a ameaças militares”. E, tendo em vista o receio histórico acerca do modelo de governo proposto pela República Islâmica, haveria um risco que as potências não pretendem correr.

Em 2005, com a eleição de Mahmoud Ahmadinejad à presidência, em detrimento ao aiatolá Hashemi Rafsanjani, configurou-se a reação do rigor imposto ao Irã por parte do governo Bush. Durante o processo eleitoral, grande parte do discurso de Ahmadinejad estava direcionada a revitalizar os princípios da revolução de Khomeini e atribuir a culpa pela pobreza da população às sanções impostas ao país. Com isso, conseguiu angariar a simpatia popular e impedir que candidatos mais flexíveis à integração com o Ocidente obtivessem êxito.

Dessa forma, imbuído de poder e legitimidade proporcionados pelo cargo que ocupa, Ahmadinejad passou a proferir discursos cuja eficiência era duvidosa. Ao mesmo em tempo que tentava trazer à tona a discussão acerca da legitimidade de existência do Estado de Israel, tratava da questão do holocausto como um fato fictício.

Alguns países europeus insistem em dizer que Hitler assassinou milhões de inocentes judeus em fornalhas, e insistem nisso até o ponto em que se qualquer um

provar algo contrário àquilo, condenam essa pessoa à prisão. Embora não aceitemos essa alegação, se supormos que seja verdade, nossa pergunta aos europeus é: O assassinato de judeus inocentes, por Hitler, é razão para eles apoiarem a ocupação de Jerusalém? Se os europeus são honestos, deveriam dar algum de seus territórios na Europa – como a Alemanha, Áustria ou outros países – para os sionistas, e eles poderiam criar um estado na Europa. Vocês oferecem parte da Europa e nós apoiamos. (AHMADINEJAH apud TAKEYH, 2007, 187)

O efeito imediato das alegações anti-holocausto foi a não discussão acerca de outro argumento muito utilizado por Ahmadinejad, qual seja, de que no atual sistema internacional nada pode ser “dito e feito” contra os israelenses, pois os judeus já sofreram o holocausto. Segundo o presidente iraniano, a violência sofrida pelos judeus lhes daria “licença” para atuarem como quisessem no intuito de prevenir novo massacre. Para tanto, Ahmadinejad expunha como exemplo a atuação israelense no Líbano e contra os palestinos, as quais a comunidade internacional pouco intervém, e, quando o faz, não impõe penalidades a Israel.

Irã nuclear ou soberania iraniana?

A liderança religiosa iraniana acaba, mesmo que indiretamente, endossando a argumentação das potências ocidentais acerca da sua periculosidade ao apoiar os discursos de Ahmadinejad, ao invés de tratar de questões que pudessem viabilizar o desenvolvimento nuclear iraniano dentro dos patamares assumidos pelo país com a assinatura do TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear).

Por outro lado, como um “estado não confiável”, sequer o direito de enriquecer urânio dentro dos níveis legais se torna possível ao Irã, haja vista o rigor da fiscalização proposta violar, inclusive, sua soberania. Outro aspecto questionável acerca da confiabilidade diz respeito ao seu relativismo no sistema internacional anárquico. A cooperação ocorre a partir de vantagens compartilhadas, e, nesse caso, pouco está sendo oferecido ao Irã para que ele interrompa seu programa nuclear.

Também não se discute o fato de que o suposto desenvolvimento do programa nuclear iraniano voltado para fins não-pacíficos não significaria, necessariamente, “uma

declaração de guerra”. Para tanto, haveria a necessidade de não considerar o Irã como um ator racional, alegação essa, pouco sustentável.

Lançando mão, ainda, dos argumentos de Kenneth Waltz, acerca do equilíbrio de poder, poderíamos considerar que a guerra fria somente foi tratada como um enfrentamento velado de forças porque os dois principais atores detinham a tecnologia nuclear. E, mesmo os Estados Unidos percebendo o regime soviético como uma “excentricidade abominável”, em momentos críticos, como a “crise dos mísseis” (1962), constatou que a União Soviética atuaria de modo racional, evitando o confronto nuclear.

Assim, historicamente a opção nuclear nunca foi utilizada, exceto no final da Segunda Guerra Mundial, e pelos Estados Unidos. Atualmente, mesmo com a tensão reinante no Oriente Médio e, considerando o fato de que Israel, Paquistão e Índia possuem armas nucleares, esse tipo de enfrentamento não se apresenta como uma saída viável, devido, exatamente, à possibilidade do revide e destruição mútua.

Disso é possível discorrer que o risco de o Irã se tornar uma potência nuclear estaria mais ligado à autonomia alcançada por ele do que sua intenção de atacar o Estado de Israel, Arábia Saudita ou quaisquer outros aliados dos Estados Unidos. É mais viável supor que o Irã continuaria apoiando militar e economicamente grupos palestinos e/ou libaneses na luta contra Israel a investir num ataque nuclear.

Entretanto, para o Ocidente, a possibilidade de haver um *Irã Nuclear* apresentasse como inadmissível, tendo em vista a perda do controle geopolítico da região e sua divergência política-religiosa-cultural. Assim, considerá-lo “não confiável” pode ter sido a maneira para construir um modelo de ator que não se encaixe no paradigma do sistema internacional, ou seja, transformá-lo num “estranho no ninho”. E, a partir daí, buscar subsídios para excluí-lo completamente, anulando-o, ou forçando-o a adequar-se.

As questões que se impõem são: será que os aiatolás têm interesse em se sujeitarem ao modelo proposto de restrição de seu programa nuclear sem qualquer vantagem suplementar? Em que poderia mudar o status do Irã ao abandonar o programa nuclear e voltar à órbita das demais potências? E, por último, mas não menos importante, até que ponto a manutenção de um líder como Ahmadinejad representando o país – haja vista ter sido reeleito em 2009 – traz benefícios para o Irã?

É fato que a discussão acerca de o programa nuclear iraniano ser para fins pacíficos, ou não, se tornou acessória. Atualmente o que se espera é que o Irã esteja bem distante dessa tecnologia. Prova disso foi a não aceitação do acordo firmado com os iranianos sob a égide de Brasil e Turquia.

A partir dessas questões abertas e, tendo em vista os acontecimentos mais recentes (nova resolução aprovada e que impõe sanções ao Irã), o risco é que o “estranho no ninho forjado” se sinta um “real estranho no ninho”, um excluído totalmente do sistema internacional, e, como tal, passe a agir sem referências e racionalidade. Restando a si, a “loucura e bravura” de um kamikaze.

REFERÊNCIAS

- GHEISSARI, Ali; e NASR, Vali. *Democracy in Iran – History and Quest for Liberty*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- MACKEY, Sandra. *Os Iranianos. Pérsia, Islã e a Alma de uma Nação*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2008.
- NYE JR. Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- TAKEYH, Ray. *Hidden Iran – Paradox and Power in the Islamic Republic*. New York: Holt Paperback, 2006.

RESUMO

O Irã, pós-revolução islâmica, passou a ser considerado um ator pouco confiável. Seja por seu envolvimento em conflitos no Oriente Médio, seja por seu apoio ideológico e material a organizações, ditas terroristas. O fato é que a possibilidade de o Irã desenvolver a tecnologia nuclear e, posteriormente, transformá-la num processo de produção de armas, faz com que os demais atores do sistema internacional se posicionem com mais ênfase acerca desse fato. Contudo, muito mais do que apoiar, ou não, o Irã, está em jogo a perspectiva que se tem do sistema internacional e a limitação que deve ser imposta aos atores, inclusive no que tange à soberania.

PALAVRAS-CHAVE

Irã; Armas Nucleares; Sistema Internacional.

ABSTRACT

Post-Islamic revolution Iran has been considered an unreliable actor. Either because of the country's involvement in conflicts in the Middle East, or because of its ideological and material support to supposedly terrorist organizations. The fact is that the possibility of Iran developing nuclear technology and then transforming it into a process of weapons production makes other players in the international system position themselves with more emphasis on this issue. However, much more than supporting or not Iran, what is at stake is the perspective one has of the international system and the limitation that should be imposed on the actors, including that related to sovereignty.

KEYWORDS

Iran; Nuclear Weapons; International System.